

A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica

Lúcio Tadeu Mota*

MOTA, L.T., A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. R. Museu Arq. Etn., 27: 135-157, 2016

Resumo: A presença de populações de filiação linguística Jê (Kaingang e Xokleng) no sul do Brasil tem sido objeto de reflexão de pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. A produção científica sobre elas, que remonta ao final do século XIX, teve continuidade por todo o século XX e ampliou-se no início do século XXI. Estudos linguísticos e antropológicos vinculam os Kaingang e Xokleng aos Jê do Brasil Central devido a permanência de traços linguísticos e culturais. No entanto, entendemos que os Jê do Sul (Kaingang e os Xokleng) não vieram “prontos” do Brasil Central e difundiram aqui no Sul suas “essencialidades”. Histórica e antropológicamente os grupos étnicos não são entidades fechadas, não estão isolados por fronteiras rígidas sem interação com outros grupos, e suas etnicidades não são dadas previamente. Assim, nossa proposição é iniciar uma reflexão sobre esse processo sócio-histórico de ocupação dos territórios do planalto meridional do Brasil pelos Jê do Sul, realçando as relações socioculturais dos Kaingang e Xokleng entre si e com outras populações do entorno. Focalizaremos nossas observações nos territórios das duas margens dos rios Paranapanema/Itararé e Itapirapuã/Ribeira, por entendermos que as possíveis passagens dos Jê para o sul ocorreram em pontos ao longo desses rios. Procurar-se-á evidenciar, nesses espaços, os marcadores de cultura material e os dados históricos, que nos apontem os possíveis corredores de transposição dessas populações por São Paulo e Paraná. Utilizaremos a Etno-história como um método interdisciplinar, por entender que ele conjuga dados e procedimentos de várias disciplinas: história, antropologia, arqueologia, linguística, geografia, ecologia, e também porque valoriza as tradições orais e os etno-conhecimentos na construção de explicações sobre o passado das populações indígenas.

Palavras-chave: Etno-história; Arqueologia; Jê do sul; Relações socioculturais; Fronteiras e populações.

Introdução

A presença de populações de filiação linguística Jê (Kaingang e Xokleng)

(*) Doutor em História. Professor no Programa de Pós-Graduação em História da UEM e da UFGD. Pesquisador no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária PR. <ltadeumota@gmail.com>

no Sul do Brasil tem sido objeto de reflexão de muitos pesquisadores de diversas áreas de conhecimento. A produção científica sobre elas remonta ao final do século XIX, teve continuidade por todo o século XX e ampliou-se no início do século XXI. São estudos com complexidades diversas, que envolvem a linguística, a antropologia, a história, a arqueologia e outras áreas de conhecimento.

Aryon Rodrigues coloca a língua Kaingang e Xokleng no conjunto das línguas da família Jê, a maior família do tronco linguístico Macro-Jê¹. As pesquisas linguísticas sobre os Jê no Sul do Brasil balizam em 3.000 anos antes do presente o início das migrações dessas populações para o sul (Urban 1998). Estabelece-se a hipótese de que os Kaingang e os Xokleng tiveram suas origens nos planaltos do Brasil Central, entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, e migraram para o sul.

Os estudos etnológicos sobre os Kaingang e os Xokleng reafirmam características socioculturais que os conectam com os Jê do Brasil Central. Destacam-se na sua organização social, relacionada aos Jê, as metades exogâmicas e residência uxorilocal. Kimiye Tommasino em seus escritos sobre os Kaingang observa essa dualidade.

(...) segundo a tradição kaingang, o Sol é Kamé e a Lua é Kairu, o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é Kamé e o macaco é Kairu, e assim por diante. A expressão sociológica mais forte desta concepção dualista é o princípio da exogamia entre as metades.

1 Sobre a Família linguística Jê ver: RODRIGUES, 1986 e DAVIS, 1966.

Segundo a tradição kaingang os casamentos devem ser realizados entre indivíduos de metades opostas; os Kamé devem casar-se com os Kairu e vice-versa. (Tommasino e Fernandes, 2003)

De forma geral os estudos etnológicos sobre os Kaingang e os Xokleng reafirmam características socioculturais que os vinculam com os Jê do Brasil Central. (Soares 2008).

As pesquisas paleoclimáticas do Holoceno tardio (Iriarte e Behling 2007) indicam que a ocupação da região sul do Brasil por populações ceramistas da tradição arqueológica Taquara/Itararé está associada com a expansão da floresta de Araucária, resultante de condições climáticas mais úmidas na região, entre 1410 a 900 anos antes do presente, o que coincide com as datações obtidas pela arqueologia como veremos adiante.

Apesar dessas vinculações e permanências entendemos que os Kaingang e os Xokleng não vieram “prontos” do Brasil Central, mas ao se relacionarem com novos ambientes e com seus novos vizinhos implementaram mudanças em seus marcadores socioculturais. Histórica e antropológicamente entendemos que os grupos étnicos não são entidades fechadas, não estão isolados por fronteiras rígidas sem interação com seus vizinhos e suas etnicidades

Aspectos sociais	Kaingang	Xavante	Bororo
Divisão em metades clônicas	X	X	X
Pintura corporal identificando as metades	X	X	
Mito de origem ligado as metades	X	X	X
Reciprocidade entre metades	X	X	X
Exogamia	X	X	X
Patrilinearidade	X	X	
Matrilinearidade			X
Casamento entre primos cruzados	X	X	
Modelo de parentesco	Iroquês	Iroquês	Crow
Uxorilocalidade	X	X	X
Alternância de poder entre as metades no grupo doméstico	X	X	

Tabela 1: Características socioculturais que vinculam os Jê do Sul Brasil com os Jê do Brasil Central. Fonte. SOARES 2008: 63

não são dadas previamente. Entendemos os grupos étnicos como categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios autores com a intenção de organizar suas interações internas e com grupos externos. A consciência étnica é traçada por um destino político comum, e não por uma “origem” advinda de um tempo imemorial, como se fosse uma herança genética. Como sugere Eric Wolf a “cultura” deve ser pensada em termos mais relacionais e menos essencialista:

Nosso desafio é compreender a cultura sempre em formação, aprender a compreender como, em meio de uma ação em andamento, os protagonistas combinam práticas velhas e novas e figuras sempre novas e renovadas (Wolf 2003: 249).

Para compreensão do processo histórico e sociocultural dos Kaingang e Xokleng entre si e com seus vizinhos, as populações Guarani e Xetá e, depois, os europeus e brasileiros propomos utilizar os pressupostos da etno-história enquanto um método interdisciplinar. Por entender que ele conjuga dados e procedimentos de várias disciplinas: história, antropologia, arqueologia, linguística, geografia, ecologia, e outras, na construção de explicações sobre o passado de populações indígenas. A metodologia da etno-história propõe uma análise integrada que requer uma abordagem transdisciplinar, conjugando métodos das várias disciplinas, integrando dados de processos históricos, de cultura material e socioculturais, dados linguísticos, etno-cognitivos, cosmológicos e a valorização das tradições orais das populações estudadas².

Não é propósito aqui fazer um balanço da produção sobre os Jê do Sul, mas uma reflexão sobre os dados existentes nesta produção que nos permita uma melhor compreensão

2 A discussão sobre a natureza da etno-história está condensada nos números da Revista *Ethnohistory* publicados entre 1954 e 1962. Cf. VOEGELIN 1954; WASHBURN 1961; VANSINA 1962; VALENTINE 1961; LURIE 1961; LEACOCK 1961; FENTON 1961; EWERS 1961; DORSON 1961; BAERREIS 1961; ADAMS 1962.

sobre as rotas de migração de grupos Jê para o sul do Brasil, pressupondo que na sua passagem eles deixaram suas marcas e seus vestígios em determinadas regiões dos estados de São Paulo e Paraná.

Dados históricos sobre os Jê do Sul no Paraná e Santa Catarina

Ao se confrontar parte da documentação dos jesuítas do século XVII, relatórios de expedições militares do século XVIII, relatórios dos presidentes da Capitania de São Paulo e da província do Paraná, relatos de viajantes, relatórios de expedições e comissões exploradoras do século XIX, com os mapas de John Henrique Elliot³, elaborados entre os anos de 1840 e 1860, que retratam a cobertura vegetal de grande parte da região Sul, percebe-se que as populações Kaingang e Xokleng ocupavam preferencialmente as vastas áreas de campos do planalto entremeadas de capões de araucárias (*Araucaria angustifolia*) e faxinais, desde o Sul de São Paulo até o rio Uruguai.

Em 1847, John Elliot elaborou o mapa *chorographico* de partes das províncias de São Paulo e Matto Grosso (Elliot 1847) e, em 1864, o *Mappa chorographico da província do Paraná* (Elliot 1864). O primeiro faz parte do acervo da Iconoteca da Biblioteca Nacional e

3 John Henrique Elliot nasceu em 1809, nos Estados Unidos, ingressou na marinha brasileira e foi lutar na guerra cisplatina, onde foi preso em 8 de março de 1827. De volta ao Brasil, passou a prestar seus serviços de mapista ao barão de Antonina - João da Silva Machado - que iniciava explorações nos territórios indígenas a oeste da estrada do Viamão, na década de 1830. No início da década de 1840, começam a aparecer seus primeiros trabalhos: são os relatórios das viagens que realizava com seu companheiro Joaquim Francisco Lopes, sob os auspícios do barão de Antonina, por todo o território do Paraná e partes do Mato Grosso. Por longos anos, ele percorreu os vastos territórios entre os rios Uruguai e Paranapanema, descrevendo-os e às populações indígenas que ali habitavam. Morreu por volta de 1880, na pequena vila de São Jerônimo da Serra, no norte da província paranaense, localidade que Joaquim F. Lopes tinham apossado para o barão de Antonina, e que mais tarde, se transformou em aldeamento indígena e depois em vila da comarca de Castro. Sobre a biografia de Elliot, ver: Bigg-Wither 1974; Carneiro 1951; Martins 1944.

o segundo da Secção Cartográfica do Arquivo Nacional. Nesses mapas Elliot colore as matas de verde e os campos de amarelo, deixando um rico documento sobre a cobertura vegetal do Paraná e do Mato Grosso entre os anos de 1847 e 1865.

Quando confrontados com as descrições e os relatos da época, os mapas de Elliot nos dão uma clara visão dos territórios Kaingang e Xokleng entre os rios Paranapanema e Uruguai no século XIX, e nos mostram que os Kaingang e os Xokleng ocupavam extensas áreas cobertas de campos naturais entremeadas de bosques de araucárias e algumas áreas de matas próximas aos rios. Esses vastos

campos entremeados de araucárias forneciam imensa quantidade de pinhões, que constituíam um dos seus principais alimentos e também dos animais que faziam parte de sua dieta. Ainda hoje, podemos constatar remanescentes desses campos e pinheirais em várias partes indicadas por Elliot, e em muitos desses locais estão as atuais Terras Indígenas dessas populações. O cotejo dos mapas com a documentação fornece outra informação valiosa linguisticamente: os territórios tinham nomes indígenas, tanto as extensas áreas de campos como os rios receberam nomenclatura kaingang e dessa forma eram conhecidos até pelas populações não indígenas que neles adentravam.



Mapa Chorographico da Província do Paraná com nominações Kaingang. Fonte: ELLIOT 1864.

Nomenclatura Kaingang para seus os territórios no século XIX			
Área	Denominação Kaingang	Denominação portuguesa	
1	?	Campos Gerais	
2	<i>Koran-bangrê*</i>	Campos de Guarapuava	
3	<i>Kreie-bangrê*</i>	Campos de Palmas	
4	<i>Xaxarê*</i>	Campos de Xanxerê	
5	<i>Kampo-rê*</i>	Campo Erê	
6	<i>Kavarukoya**</i>	São Pedro das Missões - Argentina	
7	<i>Pahy-ke-rê***</i>	Paiquere e/ou Campos do Mourão	
8	<i>Min-krin-ia-rê*</i>	Campos de Chagu, hoje Laranjeiras do Sul	
9	<i>Inho-hó****</i>	São Jerônimo	
10	?	Hoje região de Rolândia Arapongas	
Nomenclatura Kaingang para os rios da região Sul no século XIX			
N	Denominação Kaingang	Denominação Portuguesa	Fonte
A	<i>Goio-Covo</i>	Iguaçu	Aparece na documentação provincial do Paraná e em mapas da primeira metade do século XIX.
B	<i>Chopin</i>	Chopim	Xu = “ruído que produz o fogo ao apagar-se na agoa” + pin = fogo. Apagou o fogo.
C	<i>Xá-embetkó</i>	Chapecó	Xá = salto, cachoeira, + Embetkó = “modo de caçar ratos a noite com fachos”
D	<i>Goioaint</i>	Uruguai	Goio = agua + aint = invadeável.
E	<i>Goio bang</i>	Paraná	Goio = água + bang = grande

Tabela 2: A numeração correspondente às regiões no mapa de Elliot foi feita com dados de BORBA 1908.

Campos Gerais – Região 1 do mapa da tabela 2

A presença de grupos indígenas não falantes do Guarani na região dos Campos Gerais (área 1 no mapa da tabela 2) foi anotada no século XVII pelos padres jesuítas que ali fundaram Reduções. A informação está em uma Carta Ânua do Padre Antônio Ruiz de

4 Pressupomos que essa Redução estivesse no local da atual Terra Indígena Apucarantina, no município de Tamarana PR, hoje povoada pelos Kaingang. Sobre a retomada desses territórios no vale do Rio Tibagi pelos Kaingang nos séculos subsequente ao fim das Reduções ver: Mota 1997; 2007 e 2014.

Montoya, de maio de 1625. Nela informa que tinha continuado sua viagem para o sul além da Redução de São Francisco Xavier⁴ onde estava, e disse que tratou de ir às terras do cacique Pindoviu, mas os índios de São Francisco resistiram tenazmente a prosseguir com ele, indicando que os territórios dos Guarani iam até as proximidades da Redução de São Francisco Xavier depois, ao sul, começavam os territórios dos *Camperos* temidos pelos Guarani (Cortesão 1951, p. 236).

O provincial Nicolás Durán descreveu os *Camperos* que habitavam os campos adiante da Redução de Encarnação. Eles eram chamados

de *Cavelludos* porque tinham o cabelo comprido até os ombros cortados na frente até as orelhas (Cortesão 1951, p. 242). Também tinham o nome de *Coronados*, porque mesmo as mulheres e as crianças abriam coroas na cabeça como os padres. Essa informação reforça a hipótese de serem eles os antigos Kaingang, porque eles eram conhecidos no Paraná do século XIX como “índios Coroados”, devido ao característico corte de cabelo. Ou então poderiam ser ancestrais dos Xokleng, que até o início do século XX tinham o hábito de cremar seus mortos e enterrar os ossos que restavam em covas. No divisor de águas dos rios Preto e Itapocu em SC, encontra-se um abrigo sob rocha, conhecido como “cemitério dos botocudos”. Nesse local o engenheiro Fernando Oppitz fazia em 1886 medições das terras dotais da princesa Isabel e Conde D’Eu, quando encontrou no abrigo Ruckl restos de esqueletos de nove indivíduos, homens, mulheres e crianças, devidamente dispostos em covas e envoltos em cinzas, fazendo-o supor terem sido cremados antes de serem colocados ali (Oppitz 1886: 3). E, alguns anos depois, Jacques Ourique descreveu a técnica de cremação e enterramento dos mortos entre os Xokleng.

Para esta cremação, collocam o corpo em uma área circular de terreno, previamente preparado e pisado, e sobre elle formam uma pilha conica de madeiras unidas na extremidade superior. Acessa a fogueira esperam que estejam tudo reduzido a cinza e, então, enteram estas cinzas em uma pequena sepultura. (Ourique 1899: 350)

Telêmaco Borba já tinha anotado evidências similares de enterramentos em regiões que estariam nos territórios descritos pelos jesuítas, como pertencentes aos índios Camperos e/ou Cabeludos. Em seu livro **Actualidade Indígena** escreveu que em suas andanças pelo município de Tibagi tinha observado quatro modos distintos de enterramentos indígenas. Dois eram as formas de enterrar os mortos que os Kaingang e os Guarani praticavam no final do século XIX e início do XX. Os outros, nos

parecem anteriores a ocupação do território pelos Kaingangues e Guaranis actuaes. Um deles era o enterramento praticado pelos Guarani em vasilhas cerâmicas que ele encontrou nas imediações da Colônia Militar do Jatahy, e o outro eram os mounds (*montículos*) muito comuns nos pontos mais elevados dos campos nas proximidades das florestas de pinheiros, que aparentavam os túmulos dos Kaingang da sua época.

Procedemos á excavação de um destes montículos; a um metro e cincoenta (1,50) de profundidade do solo, deparamos com uma lage de quarenta centímetros de comprimento sobre trinta de largura; removendo-a encontramos: carvão e cinzas sobrepostos a uma lage horizontal, e duas em sentido vertical. Depois temos procedido a outras excavações em montículos semelhantes, e o resultado tem sido identico. D’ahi a convicção de que estes montículos são tumulos ou sepulturas, de uma nação ou tribu que uzava a cremação de seos mortos. (BORBA 1908: 124-125)⁵

A descrição de Borba para enterramentos com cremação nos Campo Gerais coincide com os relatos de Fernando Oppitz, Jacques Ourique e José Maria de Paula para descrever os enterramentos com cremação dos Xokleng ao sul do rio Iguaçu. Esse padrão de sepultamento: mounds sem cremação dos Kaingang e mounds com cremação dos Xokleng evidencia a presença de populações Jê nos Campos Gerais do Paraná, nos campos e matas ao Sul do Rio Iguaçu na serra catarinense.

5 Essa prática de sepultamentos cremados foi relatada de forma mais esmiuçada por José Maria de Paula que teve intenso contato com os Xokleng nessa região entre 1914 e 1922. Cf. Paula 1924; e ver ainda a descrição de Henry 1964.

6 Conforme Borba 1908, p. 118, os campos de Guarapuava eram chamados pelos Kaingang de *Côranbang-rê*. *Coran, dia, ou claro, bang, grande, Rê, campo: Campo do claro grande ou Clareira grande.* Seguindo a convenção sobre a grafia dos nomes tribais, substituímos o *ç* pelo *k* e adotamos a grafia de **Koran-bang-rê**, em vez de *Côranbang-rê* utilizada por Borba.

Os *Koran-bang-rê*: Campos de Guarapuava - Região 2 do mapa da tabela 2

Os *Koran-bang-rê*⁶ - campos de Guarapuava - é o outro território ocupado pelos Kaingang e Xokleng, bastante conhecido nos registros históricos que remontam ao século XVIII. A presença deles nessa região central do Paraná pode ser inferida pela trajetória da expedição do primeiro governador do Paraguai Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. Da foz do rio Itapucu em Santa Catarina o adelantado Dom Alvar rumou para Assunção no final de 1541 onde chegou quatro meses depois. Sua expedição era composta por 250 arcabuzeiros e balesteiros e foi acompanhada por centenas de índios Guaraní. Quando chegava numa aldeia ele dispensava os guias guarani que o tinham guiado até ali e contratava novos guias para o percurso seguinte. Dessa forma subiram a Serra do Mar, e chegaram ao Rio Negro (na altura de Rio Negrinho - SC), dali desceram até a sua desembocadura no rio Iguaçu. Desse ponto, em vez de seguir direto para oeste sempre na mesma latitude pelas margens do Rio Iguaçu até alcançar sua foz no Rio Paraná, os seus guias guarani os conduziram para noroeste em direção às cabeceiras do rio Tibagi, na atual cidade de Tibagi, de onde rumaram para oeste até chegar ao rio Ivaí e depois para sudoeste atravessando o rio Piquiri até alcançar o rio Iguaçu na confluência com o Rio Paraná, de onde seguiram até Assunção. (Cabeza de Vaca 1906) Para contornar os territórios dos Kaingang nas duas margens do Rio Iguaçu, os *Koran-bang-rê* (Guarapuava) na margem direita e os *Krei-bang-rê* (Palmas) na esquerda, eles aumentaram a trajetória da expedição em mais de 500 quilômetros.

O Barão de Capanema sustenta que Cabeza de Vaca deu uma volta de mais de oitenta léguas (560 quilômetros), e pergunta o que levou Cabeza de Vaca seguir para o noroeste e não seguir diretamente para o oeste pelas margens do Rio Iguaçu? Seria porque esses territórios eram *habitados por hordas bravias que seria necessário guerrear*? Mais adiante ele responde que: *o motivo que obrigava a evitar aquele terreno eram seus habitantes, índios ferozes, mais*

valentes que os *Guaranis*. (Capanema 1889: 500-502).

As primeiras cidades espanholas fundadas no Guairá no século XVI - Ciudad Real na foz do rio Piquiri no Paraná, Vila Rica do Espírito Santo no Rio Ivaí - e as primeiras Reduções Jesuíticas no século XVII foram construídas em territórios Guaraní nas margens dos grandes rios do Paraná.

Mais de duzentos anos depois de Cabeza de Vaca ter evitado os territórios dos Jê outra expedição militar comandada por Afonso Botelho entre 1768 e 1774 ingressou nos *Koran-bang-rê*. Quando o sargento Cândido Xavier chegou nas grandes aldeias ao norte do Porto das Capivaras no rio Iguaçu, em sete de setembro de 1770, encontrou nas moradias dos índios diversos objetos e alimentos. Dentre os objetos recolhidos pelo comandante Paulo Chaves estavam machados de pedra, balaios de taquara,ovelos de fios e duas vasilhas cerâmicas: *uma tigela de barro preto bem cozida* e *uma xicara pequena do mesmo barro*. (Almeida et al 1956: 289). Essa referência de 1770 evidencia que os Kaingang dos *Koran-bang-rê* (atual Guarapuava) fabricavam e utilizavam artefatos cerâmicos no cotidiano de suas aldeias. As pesquisas de arqueologia na região, relacionadas as prospecções realizadas por ocasião da construção da UHE Salto Santiago no rio Iguaçu, registram artefatos cerâmicos da Tradição Itararé que muitos estudiosos relacionam como Kaingang.

Quarenta anos depois da expedição de Afonso Botelho, descrita pelo comandante Paulo Chaves de Almeida, outro militar que esteve nas aldeias Kaingang descrita acima, comandou a invasão dos territórios Kaingang em Guarapuava. Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandando uma força militar de mais de quatrocentos homens, conseguiu implantar a fortaleza de Atalaia no centro dos *Koran-bang-rê* e iniciar a conquista da região para os grandes fazendeiros dos Campos Gerais. O padre Francisco das Chagas Lima, que acompanhava a expedição fez relatos da presença dos grupos indígenas na região, escreveu ele:

As diferentes hordas de gentios existentes pelos sertões de Guarapuava são: a dos Camés,

Votoroes, Dorins e Xocrens. (...) A dos Xokrens, entre os rios Iguassú e Uruguay, há pouco descoberta, julga-se não chegar a 60 indivíduos. (LIMA 1842: 52)

O que o padre Chagas Lima chama de hordas dos *Camés, Votorões e Dorins* eram os Kaingang que viviam mais próximos de onde estava a fortaleza de Atalaia, e depois a vila de Guarapuava, e os *Xokrens* era o grupo que estava além do rio Iguaçu. Anos mais tarde, em 1847, John Elliot gravou em seus mapas a presença dos índios Chocres (Xokleng) ao Sul do Rio Iguaçu entre os rios Chopim e Santo Antônio na divisa com a Argentina, confirmando assim o que se sabia desses índios nas vilas de Guarapuava e Palmas na primeira metade do século XIX. E a documentação que segue sobre a região no século XIX e início do XX confirma a presença dos Kaingang e Xokleng nesses territórios.

Os *Kreie-bang-rê*: Campos de Palmas - Região 3 do mapa da tabela 2

O terceiro território formado de campos naturais e cobiçados pelos fazendeiros de Guarapuava estava ao sul rio *Goio-kovó* (Rio Iguaçu), eram os *Kreie-bang-rê*⁷ - Campos de Palmas. Eles se estendiam pelo planalto paranaense das cabeceiras dos rios *Xupin* (Chopin) e *Xâembetko* (Chapecó) até onde iniciavam as matas que os separaram dos *Kampo-rê* ao oeste.

Um relatório do presidente da província de São Paulo, de 1838, faz menção aos índios que viviam nos *Kreie-bang-rê*, e a incumbência que tinha dado ao *Tenente-Coronel João da Silva Maxado na organização das Companhias de Permanentes destinadas a conter os Índios selvagens no Campo das Palmas* (Peixoto 1838: 6).

7 Conforme Borba 1908, p. 118. *Aos campos de Palmas chamam, os Kainganges Kreie-bang-rê. Creie, pilão, Bang, Grande, Rê, campo: Campo do pilão grande. Dizem que lhe puseram este nome porque allí tinha um grande pilão, ou talvez monjolo, feito por um índio chamado - Nharaburo, Broto de milho. Seguindo a convenção sobre a grafia dos nomes tribais, substituímos o ç pelo k e adotamos a grafia de Kreie-bang-rê, em vez de Creie-bang-rê utilizada por Borba.*

Os campos de *Xanxá-rê*: campos da cascavel - Região 4 no mapa da tabela 2

Em direção sul, rumo a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, as áreas de campos naturais se estendiam até o rio Uruguai, o *Goio-em* dos Kaingang, mas nessas paragens, nas proximidades do médio rio *Xâembetko* (Chapecó)⁸, estavam os campos denominados pelos Kaingang de *Xanxá-rê* - campos da cascavel⁹

Os *Kampo-rê*: campos das pulgas - Região 5 do mapa da tabela 2

Quem dos territórios Kaingang dos *Kreie-bang-rê* e *Xanxá-rê* rumasse para o oeste em direção aos limites com a Argentina ainda encontraria os mesmos ecotonos habitados por grupos Kaingang e por eles denominados de *Kampo-rê*¹⁰ hoje município de Campo Erê. Eles estavam a oeste de Palmas, no divisor de águas dos rios *Xupin* e *Xâembetko*, na picada para Corrientes na Argentina. Por essa via passou em 1865 a expedição que foi até a margem esquerda

8 Telêmaco Borba assim descreveu o significado dessa expressão Kaingang: *Xâ-embetkó: Xá, salto, caxoeira, Embetkó, um modo de caçar ratos à noite com fochos. Pela semelhança que lhes pareceu, (aos Kainganges) ter as pescarias de cascudos, à noite neste rio com a dos ratos, lhe puseram este nome, que os nossos alteraram ou abreviam. (Borba 1908, p. 117). No curso da ocupação daquela região os colonizadores alteraram o nome inicial Kaingang de *Xâ-embetkó* para Chapecó.*

9 Os dicionários Kaingang definem *Xaxá* ou *Xanxá* como sendo cobra cascavel; dessa forma, *Xanxa-rê* seriam, os campos da cascavel, que mais tarde passou a ser grafado pelos colonizadores como Xanxerê. Ver Val Florianiana 1920.

10 Conforme Telêmaco Borba os territórios a oeste de Palmas denominados pelos nacionais de Campo Erê, eram chamados pelos Kaingang de *Campo-Rê: Campo, Pulga, Rê, campo: Campo da pulga.* (Borba 1908, p. 118) Seguindo a convenção sobre a grafia dos nomes tribais, substituímos o ç pelo k e adotamos a grafia *Kampó-rê*. Outros autores também tem a mesma definição de *Kampó* para pulga, ver: Ambrossetti 1895; Baldus 1947. A denominação *Kampó-Rê* dada pelos Kaingang para aqueles territórios foi adotada pelos colonizadores e hoje é nome de uma cidade na divisa do Paraná com Santa Catarina grafada como Campo Erê.

do rio Paraná. Afirma-se que o grupo do cacique Viri vivia nesse local antes de 1843, quando se transferiu para a recém fundada vila de Palmas.

Os *Kavarú-Koya*: São Pedro das Missões, Argentina - Região 6 do mapa da tabela 2

Já os *Kavarú-Koya*¹¹, conhecidos pelos Kaingang do grupo do cacique Kondá, foram explorados a partir da década de 1860, quando o governo imperial autorizou e destinou verbas para abertura de uma estrada, que deveria ligar Palmas a Corrientes, na Argentina. Essa via de comunicação seguia em direção oeste pelos espigões divisores das águas dos rios Iguazu e Uruguai, cortava os territórios Kaingang de *Kampo-rê* e chegava aos *Kavarú-koya*. Ali os grupos Kaingang do cacique Kanha-fé tinham estabelecido seus emá (aldeias) e eram senhores desses vastos territórios, que abrangiam partes do Brasil e da Argentina.

Os *Min-krin-ia-rê*, *Xongu* ou Chagu: Laranjeiras do Sul - PR - Região 7 no mapa

Os territórios Kaingang também se estendiam a oeste e a noroeste de Guarapuava. Entre esta vila e o rio Paraná estavam os *Min-krin-ia-rê*, ou *Xongu*, (Chagu). Logo após a ocupação dos *Koran-bang-rê* - Guarapuava -, em 1810, os fazendeiros fizeram várias tentativas de ocupá-los sempre esbarrando na poderosa resistência dos Kaingang dos *Min-krin-ia-rê*, ou campos do *Xongu*.

Xongú é o nome, no idioma dos kaingangues, de um pequeno arbusto espinhoso que dá neste campo, mas os Kaingangues chamam ao campo, mais commummente: Mincriniarê. Mim, Tigre, Crin, cabeça; Lá, abreviação de iapri, caminho, Ré, campo. Campo da cabeça do tigre no caminho. Contam que, os que iam adiante,

¹¹ *Kavarú*, é um empréstimo linguístico que os Kaingang fizeram para cavalo, e *Ko* em Kaingang é comer. Dessa forma *Kavarú-koya* pode ser entendido como lugar onde se matam e comem cavalos.

na sahida deste campo, mataram um tigre, cortaram-lhe a cabeça, espetaram-n'a em um pao, e o fincaram no caminho, os que vinham atraz viam a cabeça e diziam - Mincrinia - Tigre, cabeça, caminho: Dahi proveio ao campo seo nome que foi substituido pelo outro de Xongú que alteraram em Xagú, e em seguida ficou com a grafia portuguesa de Chagu. (Borba 1908: 118)

Esses territórios Kaingang foram explorados em 1848 pelo engenheiro Pedro A.L. Scherer, numa expedição que durou 9 meses e 25 dias. Ele fez uma descrição da região para o diretor dos índios Francisco Ferreira da Rocha Loures, em 04/10/1858. Conforme Scherer, os *Min-krin-ia-rê*, ficavam a vinte e três léguas a oeste de Guarapuava, tinham 1.600 braças de norte a Sul e 1.800 braças de leste a oeste de campos limpos, e eram divididos em três partes por dois arroios (Scherer 1983: 11-12). Hoje parte dos *Min-krin-ia-rê* (Campo da Cabeça da Onça no Caminho) ou *Xongu*, foi transformado na Terra Indígena Rio das Cobras, nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguazu.

Os *Pahy-ke-rê*: Campos do Mourão - Região 8 do mapa da tabela 2

Ao noroeste de Guarapuava, nas cabeceiras do rio Piquiri começavam os enigmáticos *Pahy-ke-rê*. As informações sobre grupos Jê nessa região remonta aos jesuítas no início do século XVII quando para ali vão fundar a Redução Jesuítica de Concepcion de los Gualachos. Antônio Ruiz de Montoya numa carta anua de 1630, descreve a situação dessa Redução situada nas cabeceiras do rio Piquiri. Nela o padre Montoya registrou um ritual dos mortos com cantos e expressões diferentes dos Guarani.

(...) combidan a todos los del pueblo para enbiar el alma del defunto al cielo y para esto se van al monte y hacen unas buenas cargas de leña y las traen corriendo con muchas trompetas y greteria a casa del caciq adonde estan todos juntos yndios y yndias, y de alli salen corriendo diciendo todas estas palabras rica rica tapa tapa q quiere decir sube sube del campo, llevando

*aquellas cargas de leña dando una buelta al
derredor del cuerpo, y luego le pegan fuego,
diciendo niyi chi cãy catu tapli, humo negro sube
al cielo*¹².

Configura-se assim que as serras e planaltos das cabeceiras dos rios Piquiri e Corumbataí estavam ocupados por populações Jê como descreveu Montoya.

Os campos do cacique Inhoó - Região 9 do mapa da tabela 2

Os territórios Kaingang do vale do rio Tibagi já eram desde há muito conhecidos e foram devassados por diversas vezes pelos conquistadores paulistas. Fernão Dias Paes Leme ali esteve em 1661, e ali ficou por três anos tratando de submeter os caciques da nação Guainá, antepassados dos Kaingang¹³; em seguida, levou-os prisioneiros para São Paulo.

Na década de 1840, João da Silva Machado, o Barão de Antonina, rico negociante de gado nos Campos Gerais e homem influente nos negócios do Império, mandou seus homens John H. Elliot e José Francisco Lopes, vasculhar os territórios Kaingang nas terras altas do rio Tibagi para ver se ali era possível implantar novas fazendas de gado e buscar um caminho para o Mato Grosso via rio Tibagi e Paranapanema. No dia 4/12/1846, eles chegaram aos campos de Inhoó, que denominaram de São Jerônimo, e concluíram que eles eram suficientes para as instalações que o barão projetava. Isto é, um en-

12 Cf. Cortesão 1951. Wilmar da Rocha D'Angelis, interpreta essa frase do seguinte modo: A primeira expressão, que Montoya traduz por 'sube, sube del campo' pode ser interpretada como "re kã ta pa = campo-dentro - sair (ou: campo-dentro-por - sair). Já a oração completa é interpretada assim: niyã sã kanhkã tâpny = fumaça + preta + céu + subir, D'Angelis 2003.

13 Sobre essa questão dos antepassados dos Kaingang existe uma longa discussão; para maiores informações sobre o assunto ver: Montoya 1639; Leme 1869; Sampaio 1897; 1903, 1914; Ribeiro 1908; Borba 1908; Freitas 1911, 1914; Ayrosa 1934, 1939; Taunay 1946, 1955; Edelweiss 1947; Cortesão 1951; Durán 1951; Schaden 1954; Abreu 1982; Holanda 1990; Monteiro 1992.

treposto entre o futuro porto do Jatai no Tibagi, e a cidade de Castro. (Elliot 1948: 157-158). Anos depois, em 1873, o engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither explorou o rio Tibagi com Telêmaco Borba, e desenhou um mapa da província paranaense onde destacou os campos do cacique Inhoó.

Os campos divisores das águas dos rios Tibagi e Pirapó - Região 10 do mapa da tabela 2

Os Kaingang que visitaram o aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara nas margens do Tibagi em 1858, pertenciam ao grupo que vivia nos campos nos divisores das águas dos rios Tibagi e Pirapó. Disseram que suas moradias ficavam a três ou quatro dias a oeste, e que em três ou quatro dias estariam de volta a São Pedro. Pela direção indicada e o tempo que disseram gastar, mais a constante ecológica de que eles em determinadas épocas do ano, quase sempre ocupavam os terrenos altos de campos com capões de pinheiros, suas moradias deveriam estar em algum lugar no divisor de águas dos rios Pirapó e Tibagi, nas cabeceiras dos rios Vermelho e Bandeirante do Norte, que correm em direção ao Paranapanema, e do ribeirão Três Bocas, que corre para leste em direção ao rio Tibagi, num local entre as atuais cidades de Rolândia e Araçongas - PR.

Os presentes que eles levaram para o Frei Timóteo nos revelam que esse grupo Kaingang tinha suas moradias em algum lugar do espigão citado, onde havia bosques de araucárias que lhes propiciavam farta coleta de pinhões e de caça, como os porcos do mato - que se alimentavam dos pinhões - caçados e doados a Frei Timóteo. Eles também tinham seus acampamentos de inverno nas margens do rio Tibagi, onde praticavam a pesca de pari. Pois ali, no mês de junho, frei Timóteo e o comandante da colônia militar foram visitar os Kaingang num lugar denominado Três Bocas, no rio Tibagi. Eles estavam pescando num pari e eram em torno de 40 índios, que os receberam com grande alegria.

Os Kayowá, seus vizinhos na Colônia indígena de São Pedro de Alcântara, os chamavam

de *Guaiquere*, Se de um lado, *Guaiquere* pode ser confundido com a palavra *Paiquere*, que era o nome que se dava aos campos a noroeste de Guarapuava, hoje município de Campo Mourão, por outro lado Teodoro Sampaio em o Tupi na geografia nacional, afirma que *guá-yá* significa “o que mora em buraco; o encovado” (Sampaio 1987: 235). Se juntarmos essa informação com a de que os ancestrais dos Kaingang viviam em casas subterrâneas nos Campos Gerais, poderemos inferir uma explicação para a denominação que os Kayová davam aos Kaingang. Mas creio que esse tipo de informação deve ser melhor equacionada com aprofundamento das pesquisas históricas e linguísticas.

De maneira geral, pode-se afirmar que a documentação do século XVII ao XX confirma a presença de populações diferentes dos Guarani nos campos e florestas entre os rios Paranapanema e Uruguai. Se por um lado, temos uma carta (mapa) da época feita por um especialista que viajou por toda a região nas décadas de 1840 a 1860, portanto conhecedor de seus aspectos físicos, por outro, temos uma documentação escrita por diversos sujeitos envolvidos na conquista desses territórios e que registraram tanto os aspectos geográficos como a sua ocupação por populações indígenas com traços físicos, linguísticos e culturais coincidentes com os Jê do Sul.

As pesquisas arqueológicas sobre os Jê do Sul

Do ponto de vista da arqueologia, os pesquisadores do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) definiram como tradições ceramistas - Itararé, Casa de Pedra, Taquara, e Tupiguarani - os diferentes tipos de material cerâmico encontrados na região Sul do Brasil¹⁴.

A possível correlação das Tradições ceramistas Itararé, Casa de Pedra e Taquara com as populações Jê no Sul do Brasil, são apontadas, com certa cautela por alguns pesquisadores do PRONAPA. Um dos seus expoentes, Igor Chmyz, assinala em alguns dos seus estudos a

possibilidade de se relacionar as referidas Tradições ceramistas aos povos Jê do Sul. Divulgando os dados do sítio arqueológico PR UV A-1 (63) localizado no vale do rio Vermelho, na bacia do médio rio Iguazu, no município de União da Vitória no Paraná, Igor Chmyz diz querer, com certa cautela, atribuir aos Kaingang a cerâmica lisa, juntamente com outros elementos culturais que compõe o nível arqueológico I, do abrigo sob-rocha. (Chmyz 1963: 509)

Um ano depois ele reafirmou essa correlação com a mesma cautela.

Queremos com certa cautela, atribuir aos Kaingang a cerâmica lisa encontrada na superfície do jazimento de Passo do Iguazu, bem como aquela que, juntamente com outros elementos culturais compõe o nível arqueológico II do abrigo sob-rocha PR UV L-23 (59): Casa de Pedra. (Chmyz 1964: 204)

Em outro estudo publicado em 1967 ele assume, com muita precaução, a semelhança existente entre a cerâmica atribuída aos Kaingang e a da Casa de Pedra. (Chmyz 1967: 35). No sítio arqueológico PR UV 1 (Abrigo sob rocha Casa de Pedra) na camada estratigráfica II, foram encontrados fragmentos cerâmicos com incisões, que Chmyz correlaciona com os Kaingang.

Em escavações arqueológicas que efetuamos num abrigo sob-rocha (...) encontramos na camada arqueológica superficial, um caco de cerâmica do tipo simples com gravuras nas duas faces (...). Consideramos, com certa cautela, o conjunto das evidências da mencionada camada arqueológica superficial, juntamente com o caco descrito, como de tradição Kaingang. (Chmyz 1968: 58)

Ele reafirmou essa mesma ideia em outro texto, mas procurou manter a mesma cautela dos textos anteriores ao relacionar a cerâmica simples, que marca a ocupação mais recente da Casa de Pedra (...) aos Kaingang. (Chmyz 1968: 50). E disse que estudando as técnicas ceramistas dos Kaingang descritas por Telêmaco Borba (1908), Loureiro Fernandes (1941) e Alfred Métraux (1946), era possível se fazer inúmeras considerações

¹⁴ Para uma análise crítica das Tradições arqueológicas dos Jê do Sul ver: Noelli 1999, 2002, 2004

comparativas deste povo Jê com a cerâmica da Tradição Casa de Pedra (Chmyz 1968: 123; 1969: 120).

Ainda em 1969, Chmyz publicou as *Novas manifestações da Tradição Itararé no Estado do Paraná*, resultado da pesquisa do sítio arqueológico PR UV 17 Abrigo Bruacas, localizado entre os vales dos rios Palmital e Prata no médio rio Iguaçu também no município de União da Vitória, e assim ele descreveu o material cerâmico ali encontrado:

Quanto aos aspectos internos e externos da cerâmica do Abrigo Bruacas, notamos uma semelhança extraordinária com os que descrevemos para a Tradição Itararé (...): a mesma característica da pasta, da coloração das superfícies e do afloramento dos antiplásticos. (...) Também nas formas e dimensões do vasilhame, encontramos identidade perfeita com aquela tradição. A classificação das formas foi efetuada segundo os padrões estabelecidos para a tradição Itararé. (...) As evidências do abrigo estão estreitamente relacionadas com a tradição Itararé (Chmyz 1969: 123)

A tradição arqueológica Itararé definida por Igor Chmyz encontra-se dispersa em vários pontos do estado do Paraná. Num primeiro momento ela foi localizada nos vales dos rios Paranapanema e Itararé. No rio Paranapanema ela aparece em muitos sítios cerâmicos da Tradição Tupiguarani. Como se tivesse expandido das cabeceiras do rio Itararé e Itapirapuã para o vale do rio Ribeira e litoral, ela também foi localizada nas camadas superficiais de sambaquis do litoral do Paraná. As pesquisas de Chmyz, nos vales dos rios Iguaçu e Ivaí, confirmam a presença dessa tradição também nos vales desses rios. E no rio Piquiri Chmyz diz estar *propenso a relacionar a tradição Itararé às casas subterrâneas, (...) Quanto às casas subterrâneas e aos aterros não vemos dificuldades, pois sempre encontramos cerâmica Itararé associada (Chmyz e Sauner 1971: 20)*

Apesar das indicações de cautela apontadas por Chmyz, é incontestável as correlações que ele faz entre as tradições ceramistas Itararé/Casa de Pedra e os Kaingang.

Crítico ácido da definição pronapiana de tradições e fases, e das interpretações do

PRONAPA sobre a origem das populações produtoras da cerâmica definidas como Itararé, Casa de Pedra e Taquara, Francisco Noelli busca conectar as populações que fabricaram esses artefatos cerâmicos, com os ancestrais das populações Jê no Sul do Brasil. Ele propõe que se abandonem os conceitos de *tradição e que se adotem as terminologias definidas pela linguística e pela antropologia, e que se passe a estudar e gerar informações mais detalhadas sobre a continuidade histórica entre os Jê do Sul e seus ascendentes pré-coloniais*¹⁵.

Sustentado na tese de doutorado de José P. Brochado¹⁶, Noelli (1999) propõe a superação dos procedimentos do PRONAPA, e a necessidade de considerar todas as informações existentes, se quisermos ter uma nova visão sobre o processo de expansão dos grupos Jê para o Sul do Brasil.

Discutindo os aspectos, características e áreas de ocorrência da tradição arqueológica Itararé-Taquara, bem como as hipóteses sobre a expansão dos Jê no sudeste do Brasil, Astolfo G. de M. Araujo sugere possíveis rotas dessa expansão passando pelo estado de São Paulo. Uma delas seria que os ancestrais dos Kaingang e Xokleng se deslocaram do Brasil Central para o Sul passando por dentro do território hoje pertencente a São Paulo:

(...) provavelmente passando antes pelo sul de Minas Gerais, e que uma das possíveis rotas de expansão tenha sido ao longo da Serra da Mantiqueira e da Serra do Mar (...) seguindo pela região planáltica até a região de Itapeva, no sudoeste do estado (Araújo 2007: 27)

Sobre a presença dos grupos Kaingang no oeste de São Paulo, Astolfo Araújo defende

15 Para um balanço da discussão arqueológica sobre a presença dos Jê no Sul do Brasil ver: Noelli 1999.

16 Cf. Brochado 1984. Deve-se observar que Eurico Th. Miller tinha sugerido em 1971 que: *a cerâmica não Tupiguarani da área da araucária, ou seja: que as Tradições Taquara e Itararé sejam consideradas tão somente como subtradições de uma única tradição (Pré-Kaingang)*, Miller 1971: 54. Mas foi Menghin o primeiro a propor a correlação entre cerâmica Eldoradense, não Tupiguarani, com as populações Jê Meridionais, Menghin 1957.

dois cenários possíveis: um deles seria que a presença Kaingang na região se deve a expansão de grupos vindos do sul de Minas Gerais que ali se fixaram. Mais tarde os Kaiapó Meridionais ocuparam seus corredores de expansão e os grupos falantes do Tupi ao ocuparem o vale do Paranapanema teriam cortado seus contatos com os grupos que tinham migrados para o sul desse rio, isolando-os no oeste paulista entre os rios Paranapanema e Tiete. Outro cenário possível seria o do movimento de refluxo de populações Kaingang ocupantes de territórios ao sul do Paranapanema para os territórios do oeste paulista. Mas de acordo com Araújo isto poderia ter acontecido se:

Somente o esvaziamento populacional dos vales do Paranapanema e Tiete por conta do apressamento indígena feito pelos paulistas no século XVII (...) teria permitido aos grupos Kaingang o livre acesso ao oeste paulista a partir do Paraná num movimento de refluxo. (Araújo 2007: 28)

Testando as proposições sobre os fluxos dos Jê para o Sul do Brasil.

A proposição de Noelli, de gerar informações detalhadas sobre os Jê do Sul e correlacioná-las com seus ascendentes pré-coloniais, e as de Araújo sobre as rotas de migração são ainda tarefas a se realizar, e terá de responder muitas questões dentre as quais: se essas rotas estão relacionadas aos ambientes de campos/cerrados entremeados de florestas de araucárias; quais são os marcadores de cultura material que poderemos elencar para estabelecer essas rotas; se existirá uma cronologia adequada à essa rota norte sul trilhada pelos grupos Jê em sua expansão para o Sul.

A título de teste e para exemplificar o calibre dessa tarefa, fizemos um exercício trabalhando com os dados da tabela publicada por Noelli (2004). Ela está organizada em ordem alfabética, contendo os municípios dos estados de MS, SP, PR, SC, RS e alguns da Província argentina de Misiones. Destacamos dela os 68 municípios do Paraná, que representam 17% do total, dos

399 do estado (Cf. Noelli *et al* 2003). Os dados arqueológicos produzidos no Paraná até agora sobre as Tradições cerâmicas Itararé, Casa de Pedra e Taquara, e compilados por Noelli, nos permite duas observações: a primeira é verificar a distribuição dessa ocupação no estado, e a segunda constatar que essa ocupação recua até 1500 anos antes do presente.

Ao distribuírmos os municípios por bacias hidrográficas geramos uma espacialização (Mapas, 1 e 2) que poderá servir para verificarmos sua disposição em relação:

Ao ambiente natural: grandes cursos d'água, relevo e cobertura vegetal, médias climáticas, etc.

A sua inserção em espaços conhecidos pela ocorrência de outras manifestações de cultura material como Umbu, Humaitá, Sambaquiiana e a produzida pelos Guarani.

E a sua possível coincidência com os territórios ocupados pelos grupos Jê descritos pela documentação histórica apresentada acima.

Espacializamos os dados para melhorar nosso foco de análise.

A espacialização dos dados mostrou que eles estão em quase todas as regiões do Paraná em menor proporção na região noroeste, e os sítios datados mostram a profundidade temporal de sua presença nas bacias dos rios Ribeira do Iguape, Iguazu e Piquiri.

Em seguida procuramos testar as hipóteses das rotas de migração verificando a ocorrência de sítios arqueológicos com a presença das tradições ceramistas nas duas margens dos rios Paranapanema/Itararé e Itapirapuã/Ribeira, que dividem geograficamente as Regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Se os ancestrais do Kaingang e Xokleng foram as populações que produziram artefatos cerâmicos definidos pela arqueologia como Tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara; e se eles trouxeram consigo a tecnologia de fabricação desses artefatos, com certeza foram abandonando vasilhas ou fragmentos delas ao longo dos seus corredores de deslocamento. E ao cruzar os rios Paranapanema/Itararé e Itapirapuã/Ribeira com certeza ali deixaram vestígios desses artefatos. Uma forma de testar

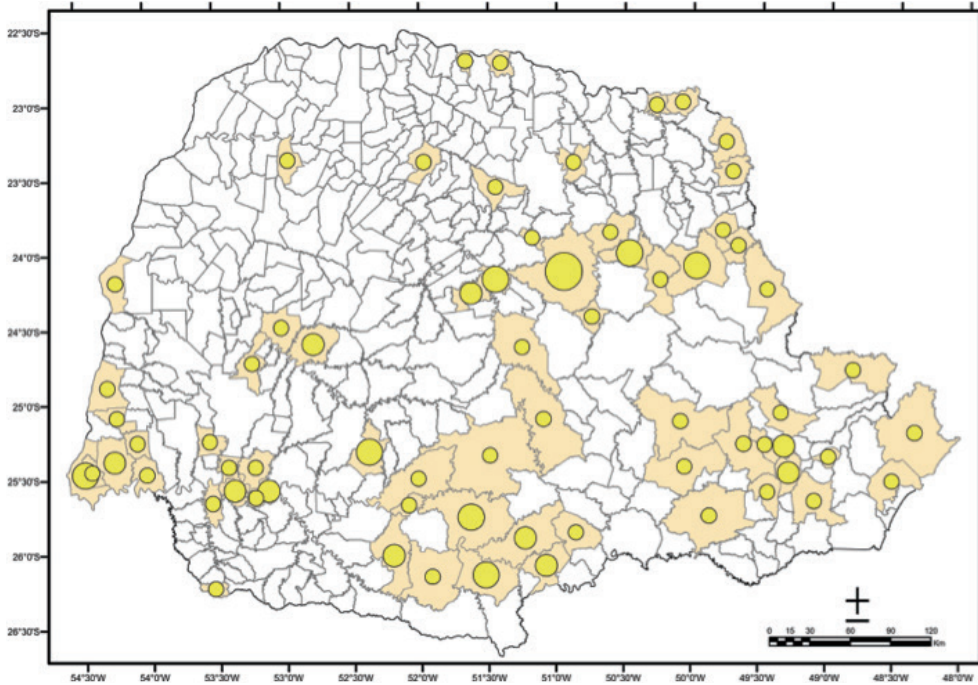


Fig. 1. Mapa 1. Sítios arqueológicos Jê do Sul no Paraná. **Fonte:** Lúcio Tadeu Mota - LAEE.

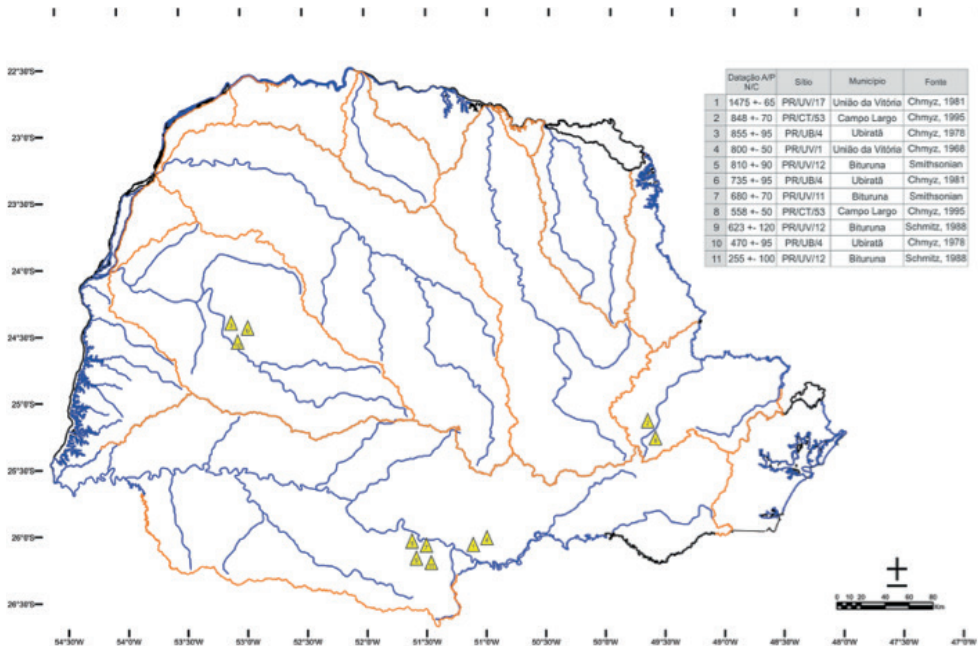


Fig. 2. Mapa 2. Sítios arqueológicos Jê do Sul datados no Paraná. **Fonte:** Lúcio Tadeu Mota - LAEE

essa hipótese, foi identificar os prováveis pontos de passagens, nesses rios, das populações Jê para os planaltos do Sul.

Problema posto, levantamos junto ao CNSA/IPHAN todos os sítios arqueológicos cadastrados em todos os municípios limieiros aos rios Paranapanema/Itararé e Itapirapuã/Ribeira que contivesse a ocorrência de material arqueológico relacionados às tradições citadas acima.

Foram pesquisados, no SGPA do IPHAN, um total de sessenta municípios nas duas mar-

gens do Paranapanema/Itararé. Nesses sessenta municípios estão cadastrados cento e noventa sítios nos municípios paulistas, e duzentos e cinquenta e quatro na margem paranaense, num total de quatrocentos e quarenta quatro sítios.

Nas duas margens dos Rios Itapirapuã e Ribeira foram pesquisados três municípios na margem direita paranaense, e onze municípios paulistas, num total de catorze municípios. Nesses municípios estão cadastrados cento e quatro sítios.

Paranapanema / Itararé		
Margem	Municípios	Sítios
Esquerda - Paraná	31	190
Direita - São Paulo	29	254
Total	60	444

Tabela 3: Número de sítios arqueológicos cadastrados no CNSA/IPHAN nos municípios limieiros das duas margens dos Rios Paranapanema e Itararé. **Fonte:** Lúcio Tadeu Mota - LAEE

Itapirapuã / Ribeira		
Margem	Municípios	Sítios
Direita - Paraná	3	8
Esquerda - São Paulo	11	96
	14	104

Tabela 4: Número de sítios arqueológicos cadastrados no CNSA/IPHAN nos municípios limieiros das duas margens dos Rios Itapirapuã e Ribeira. **Fonte:** Lúcio Tadeu Mota - LAEE

Constata-se que as duas margens do Paranapanema/Itararé estão repletas de ocorrências de artefatos cerâmicos da Tradição Tupiguarani.

Confirma-se a ocorrência de artefatos de Tradição Itararé em dois municípios da margem paranaense do Paranapanema: Porecatu e Andirá. Não encontramos correspondente

dessa tradição nos municípios opostos na margem paulista, pode ser por falta de pesquisas arqueológicas mais apuradas na margem direita de São Paulo. É necessário um aprofundamento das pesquisas, no lado paulista, para verificar se existe ocorrência de cerâmica da Tradição Itararé.

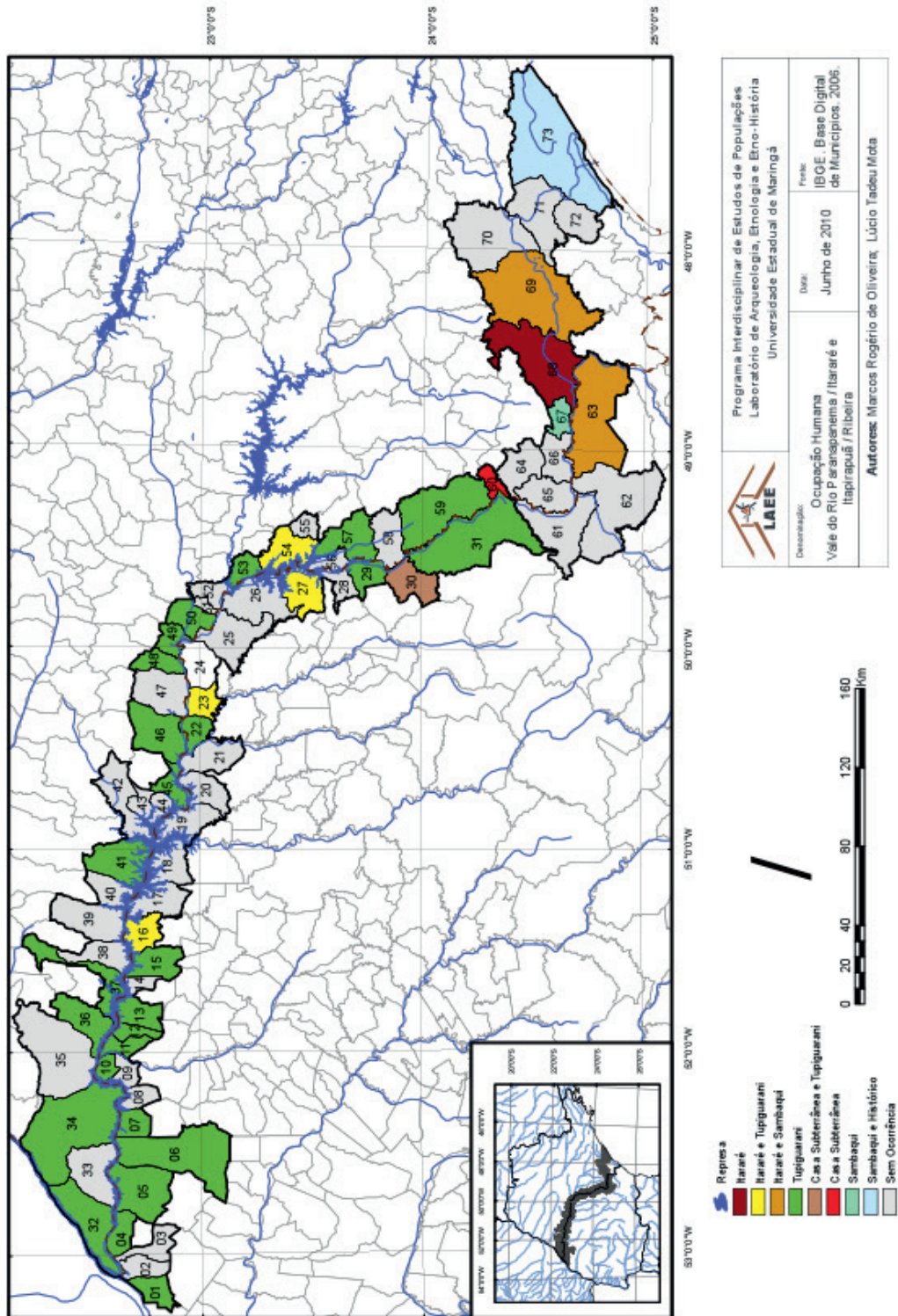


Fig. 3. Mapa 3. Municípios com sítios arqueológicos nas margens dos Rios Paranapanema/Itararé e Itaipapuã/Ribeira

Enquanto ponto de passagem dos fabricantes da cerâmica de tradição Itararé, no rio do mesmo nome, podemos visualizar apenas os municípios de Fartura em São Paulo e seu oposto no Paraná o município de Carlópolis, com a ocorrência comum de sítios arqueológicos contendo artefatos da Tradição cerâmica Itararé. Isso pode caracterizar a região como local de passagem.

Ainda cabe ressaltar que se considerar que as Casas Subterrâneas também podem ser marcadores da cultura material dos grupos Jê no Sudeste e Sul do Brasil, outros corredores de passagens podem ser identificados nas cabeceiras do rio Itararé nos municípios de Bom Sucesso de Itararé em São Paulo, e São José da Boa Vista no Paraná.

Nesse primeiro momento optamos pela base de dados do CNSA do IPHAN por ser uma base de dados institucionalizada e disponível a todos pesquisadores. Num segundo momento a pesquisa deve percorrer toda a bibliografia sobre às tradições arqueológicas relacionadas aos Jê do Sul, bem como entendemos ser imprescindível a consulta nos relatórios de pesquisa depositados nas regionais do IPHAN do Paraná e São Paulo.

A base de dados do SGPA do IPHAN apresenta distorções que podem comprometer a organização das informações. Por exemplo: os sítios cadastrados nos municípios paulistas, com exceção de um, informa apenas que existe material cerâmico, mas não informa a Tradição. Isso pode ser por opção do informante que não concorda com o estabelecido pelo PRONAPA, pode ser por indefinição dos artefatos, ou mesmo por descuido do preenchimento da ficha de informações.

Encontramos muitos municípios sem registro de ocorrências arqueológicas registradas, apesar de estarem muito próximos e vizinhos a municípios com grande número de sítios registrados. Isso pode ser resultante de: falta de pesquisa no referido município; registro do sítio no município vizinho mais antigo antes da separação/criação do novo município; pesquisa realizada no município com a ocorrência de sítios arqueológicos mas ainda não registrados no sistema de gerenciamento do IPHAN.

E por fim, uma concentração de informações, no caso do Paraná, nas áreas pesquisadas por arqueologia de contratos (UHE, Linhas de Transmissão, Rodovias, e outros empreen-

dimentos). Isso revela a necessidade de novos trabalhos de campos a partir da formulação de problemas de pesquisa, e não campos pautados apenas pela arqueologia de contrato.

Conclusão

Assumida a proposição de que as populações produtoras da cerâmica definida pela arqueologia como Tradição Itararé, Casa de Pedra e Taquara são os ascendentes pré-coloniais dos Jê do Sul, e que a geração de informações sobre eles deve incorporar dados das diversas disciplinas como propõe a etno-história.

Partindo da hipótese que os grupos Jê migraram do Brasil Central para o Sul, passando por São Paulo onde ocuparam as áreas de cerrados, faxinais, campos das terras altas entremeados com florestas de araucárias, e ao chegarem nos vales dos rios Paranapanema, Itararé, Itapirapuã e Ribeira, seguiram o mesmo padrão de ocupação em direção ao Sul e sudoeste, cruzando os rios Iguazu e Uruguai, chegando até o noroeste do Rio Grande do Sul e nordeste da Argentina.

A compilação dos dados arqueológicos realizada até o momento mostra:

- A existência de vestígios cerâmicos da Tradição Itararé, nas duas margens do baixo Rio Itararé nos municípios de Fartura em São Paulo e Carlópolis seu oposto no Paraná, caracterizando a região como local de passagem dos Jê para o Sul. E se considerarmos a ocorrência de Casas Subterrâneas como marcadores de cultura material dos Jê do Sul, podemos identificar outros corredores de passagens dessas populações do Sudeste para o Sul nas cabeceiras do rio Itararé nos municípios de Bom Sucesso de Itararé em São Paulo e São José da Boa Vista no Paraná

E as informações geradas pela pesquisa histórica evidencia que:

- Os índios Guarani que guiaram a jornada do Adelantado Dom Alvar Nuñez de Cabeza de Vaca em 1542, traçaram um roteiro de viagem levando a expedição pelos Tekohá Guarani des-

viando-a dos territórios ocupados pelos Jê tanto ao norte (Koran-bang-rê - Guarapuava) como ao Sul (Kreie-bang-rê - Palmas) do Rio Iguaçu. Isso mostra a ocupação Jê nos campos entremeados de florestas de araucária no início do século XVI;

- Os espanhóis, no século XVI, evitaram fundar cidades nos territórios Jê, suas cidades - Ciudad Real del Guairá e Vila Rica del Espirito Santo, a segunda - foram fundadas nas margens do rio Piquiri e Ivaí, em áreas de floresta nos territórios de seus aliados Guarani;

- Os padres jesuítas também fundaram suas primeiras Reduções nas margens do rio Paranapanema, Tibagi e Ivaí, onde estavam os grandes Tekoha Guarani, evitando a penetração nos territórios dos inimigos dos Guarani. Só chegaram no alto rio Tibagi nos Campos Gerais e no alto rio Piquiri nos Pay-ke-rê quando os Jê permitiram pressionados pelos ataques dos bandeirantes paulistas em 1629;

- E os jesuítas quando iniciaram seus trabalhos junto aos Jê registraram a realização de seus rituais mortuários nas serras divisoras dos rios Ivaí e Piquiri, e descreveram as características físicas dos indígenas Camperos e/ou Cavelludos, que habitavam os campos adiante da Redução de Encarnação nos Campos Gerais;

- Temos registros de enterramentos com cremação para os Xokleng e sem cremação para os Kaingang, no século XIX, em diversos pontos dos territórios tratados acima;

- Sabemos da existência de artefatos cerâmicos nos aldeamentos Kaingang de Guara-

puava no século XVIII, em áreas que ainda não foram pesquisadas pela arqueologia;

- E, considerando as tradições orais dos Kayowá agregamos a informação que eles apelidavam os Kaingang de *Guaiquere* (o que mora em buraco), isso reafirma a necessidade de conectá-los aos construtores das casas subterrâneas no sul do Brasil.

No entanto, faz-se necessário ampliar metodologicamente os procedimentos de pesquisas que permita uma melhor compreensão sobre as rotas de migração dos grupos Jê para o Sul do Brasil.

Em termos arqueológicos as tarefas são: realizar o levantamento de todos os sítios correlacionados aos Jê do Sul, existentes em São Paulo e Paraná, cadastrados no IPHAN, registrados nos Relatórios de Pesquisa e publicados na bibliografia arqueológica; redefinir os marcadores da cultura material dos Jê do Sul incorporando, além dos marcadores cerâmicos, outros elementos como as armadilhas de pesca (Pari), casas semi-subterrâneas enterramentos, praças cerimoniais, áreas entaipadas, artefatos líticos e outros.

Nos parâmetros da etno-história é indispensável espacializar a ocupação dos Kaingang no estado de São Paulo. Isso significa: visitar a documentação colonial na busca dessa presença; cotejar a toponímia paulista para verificar a existência de denominação Kaingang/Xokleng. Produzir mapas com a espacialização dessa presença nos estados de São Paulo e Paraná; construir nessa espacialização os possíveis corredores de migração dessas populações por São Paulo e Paraná.

MOTA, L.T., The passage and the presence of Southern Jê by São Paulo and Paraná: an ethno-historical reflection. R. *Museu Arq. Etn.*, 27: 135-157, 2016

Abstract : The presence of populations whose language is Jê (Kaingang and Xokleng) in southern Brazil has been the subject of reflection of researchers from different areas of knowledge. The scientific production on them, which dates back to the late nineteenth century, was continued throughout the twentieth century and expanded in the early twenty-first century. Studies in the fields of linguistics and anthropology bind the Kaingang and Xokleng to the Jê from Central Brazil due to continuing linguistic and cultural traits. However, we understand that the Southern Jê (Kaingang and Xokleng) did not come “ready” from Central Brazil and spread here in the South their “essences”. Historically and anthropologically ethnic groups, are not closed entities are not isolated by rigid boundaries without interaction with other groups, and their ethnicities are not given previously. So our proposal here is to initiate a reflection on this socio-historical process of occupation of the territories of the southern highlands of Brazil by Southern Jê, highlighting the socio-cultural relations of the Kaingang and Xokleng among themselves and with other surrounding populations. We will focus on our observations in the territories of the two banks of the rivers Paranapanema/Itararé and Itapirapuã/Ribeira, because we believe that the possible passages of Jê to the South occurred at points along these rivers. The aim is to show, in these spaces, the markers of material culture and historical data, that indicate to us the possible transposition corridors of these populations in São Paulo and Paraná. We will use the Ethnohistory as an interdisciplinary method, understanding that it combines data and procedures from various disciplines: history, anthropology, archeology, linguistics, geography, ecology, and also because it values the oral traditions and ethno-knowledge in building explanations about the past of indigenous peoples.

Keywords: Ethno-history; Archaeology; southern Jê; Socio-cultural relations; Borders and populations.

Referências Bibliográficas

- Abreu, C. de. 1982. *Capítulos de história colonial & Os caminhos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Adams, R.N. 1962. Ethnohistoric Research Methods: Some Latin American Features. *Ethnohistory*, 9(2): 179-205.
- Almeida, P.C., et al. 1956 [1774]. Diário de tudo que aconteceu na marcha que fêz a partida, que saiu aos campos de Guaraçuava (...). *Anais da Biblioteca Nacional*, 76: 269-289.
- Ambrossetti, J.B. 1895. Kaingangues de San Pedro (Misiones) con un vocabulario. *Revista del Jardin Zoologico*, 2(10): 305-387.
- Araújo, A.G de M. 2007. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no Sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 20: 09-38.
- Ayrosa, P. 1934. Os primitivos habitantes de São Paulo. *Conferências do Clube Atlético Bandeirantes*. São Paulo, nº 4.

- Ayrosa, P. 1939. Tupi-Guaranis e Guayanás. Série de artigos em *O Estado de S. Paulo* nov/1938 a jan/1939, São Paulo.
- Baerreis, D.A. 1961. The ethnohistoric approach and Archaeology. *Ethnohistory*, 8(1): 49-77.
- Baldus, H. 1947. Vocabulário zoológico Kaingang. *Arquivos do Museu Paranaense*, 6: 149-160.
- Bigg-Wither, T.P. 1974. *Novo caminho no Brasil meridional: três anos em suas florestas e campos 1872/1875*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Borba, T. 1908. *Actualidade Indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- Brochado, J.P. 1984. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Easter South America*. Tese de Doutorado em Antropologia, University of Illinois at Urbana-Champaign, EUA.
- Cabeza de Vaca, A.N. 1906. *Relación de los naufragios y comentarios*. Madrid: Vitoriano Suarez.
- Capanema, G. 1889. Questões a estudar em relação aos princípios da nossa história. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras*, 52(1): 499-509.
- Carneiro, D. 1951. *A história da história do Paraná: estudo destinado à cooperação ativa, para as comemorações do centenário do Paraná*. Curitiba: Escola Técnica.
- Chmyz, I. 1963. Nota prévia sobre a jazida PR UV A-1 (63) Kavales: *Revista do Museu Paulista*, N.S, 14: 493-512.
- Chmyz, I. 1964. *Relatório das prospecções arqueológicas nos municípios de União da Vitória, Bituruna e Cruz Machado-PR, 1959-1964*. Curitiba, Universidade do Paraná.
- Chmyz, I. 1967. O sítio arqueológico PR UV 1 (abrigo sobre rocha Casa de Pedra). *Arqueologia*, 3: 1-46. Curitiba.
- Chmyz, I. 1968. Breves notas sobre petróglifos no segundo planalto paranaense: sítio PR UV 5. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*, 1: 53-63.
- Chmyz, I. 1968. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. *Pesquisas. Antropologia*, 18: 115-125.
- Chmyz, I. 1968. Subsídios para o estudo arqueológico do vale do rio Iguaçu. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*, 1: 31-52.
- Chmyz, I. 1969. Novas manifestações da tradição Itararé no Estado do Paraná. *Pesquisas. Antropologia*, 20: 121-129.
- Chmyz, I. 1969. Pesquisas arqueológicas no médio e baixo Iguaçu. PRONAPA – Museu Paraense Emilio Goeldi, *Publicações avulsas*, 13: 86-125.
- Chmyz, I.; Sauner, Z.C. 1971. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri. *Dédalo*, 13: 7-36.
- Cortesão, J. (Org.) 1951. *Jesuítas e Bandeirantes no Guará (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- D'Angelis, W.R. 2003. *O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica*. Conferência de encerramento do 3º Encontro Macro-Jê (Brasília, LALL-UnB, 3 a 6 de dezembro de 2003)
- Davis, I. 1966. Proto Jê phonology. *Estudos linguísticos. Revista brasileira de linguística teórica e aplicada*, 1(2): 10-24.
- Dorson, R.M. 1961. Ethnohistory and Ethnic Folklore. *Ethnohistory*, 8(1): 12-30.
- Duran, N.M. 1951. Carta ânua do Pe. Duran em que dá conta do estado das reduções da província do Paraguai. In: Cortesão, J.

- (Org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- Edelweiss, F.G. 1947. *Tupis e Guaranis: estudos de etnonímia e linguística*. Salvador: Publicações do Museu da Bahia, nº 7.
- Elliot, J.H. 1847. *Mappa Chorographico de partes das Províncias de São Paulo e Matto Grosso (...)*. 58,5 x 72,5cm. Rio de Janeiro: Iconoteca da Biblioteca Nacional (ARC 23-5-10).
- Elliot, J.H. 1848. Itinerário das Viagens Exploradoras Emprhendidas pelo Sr. Barão de Antonina. Rio de Janeiro, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, 10: 153-177.
- Elliot, J.H. 1864. *Mappa Chorographico da Provincia do Paraná*. 77 x 59cm. Rio de Janeiro: Seção Cartográfica do Arquivo Nacional (MVOP A-25).
- Ewers, J.C. 1961. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. *Ethnohistory*, 8(3): 262-270.
- Fenton, W.N. 1962. Ethnohistory and its problems. *Ethnohistory*, 9(1): 1-23.
- Fernandes, José Loureiro. 1941. Os Caingangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*, 1: 161-209.
- Freitas, A.A. 1911. Os Guayanas de Piratininga. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Etnogr. São Paulo*, 13: 359-396.
- Freitas, A.A. 1914. Distribuição geográfica das tribus indígenas na época do descobrimento. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Etnogr. São Paulo*, 19: 104-129.
- Henry, J. 1941. *Jungle People. A Kaingáng tribe of the highlands of Brazil*. New York, J. J. Augustin Publisher.
- Holanda, S.B. 1990. *Monções*. São Paulo, Brasiliense.
- Iriarte, J.; Behing, H. 2007. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itarare tradition. *Environmental Archaeology*, 12(2): 115-127.
- Leacock, Eleanor. 1961. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. *Ethnohistory*, 8(3): 256-261.
- Leme, P.T.A.P. 1869. Nobiliarchia paulista. Genealogia das principais famílias de S. Paulo. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, 32(1): 175-200.
- Lima, F.C. 1842. Memória do descobrimento e colônia de Guarapuava. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, 4(13): 43-64.
- Lurie, N.O. 1961. Ethnohistory: An Ethnological Point of View. *Ethnohistory*, 8(1): 78-92.
- Martins, R. 1944. *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Gráfica paranaense.
- Menghin, O.F.A. 1957. El poblamiento prehistórico de Misiones. *Anales de Arqueología y Etnología*, 12: 19-40.
- Métraux, A. 1946. The Caingang. In: Julian Steward (ed.). *Handbook of South American Indians*, 1: 445-475. Washington D.C., Smithsonian Institution.
- Miller, E.T. 1971. Pesquisas arqueológicas efetuadas no planalto meridional Rio Grande do Sul. PRONAPA 4. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 15: 37-60.
- Monteito, J.M. 1992. Tupis, Tapuias e a história de São Paulo: revisitando a velha questão Guaiana. *Novos Estudos Cebrap*, 34: 125-35.
- Montoya, A.R. 1639. *Conquista espiritual del Paraguai*. Madri, s.e.
- Mota, L.T. 1997. A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. *Revista Regional de História*, 1(2): 173-186.

- Mota, L.T. 2000. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século XIX. In: Mota, L.T.; Noelli, F.S.; Tommasino, K. (orgs.). *Uri e Wáxi: estudos interdisciplinares dos Kaingáng*. Londrina: EDUEL. pp. 81-189.
- Mota, L.T. 2007. As populações indígenas Kaio-wá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Parapanema/Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais. *Fronteiras*, 9: 47-72.
- Mota, L.T. 2014. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. *Antíteses*, 7(13): 358-391.
- Noelli, F.S. 1999. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, suplemento, 3: 285-302.
- Noelli, F.S. 2000. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas - 1872 - *Revista USP*, São Paulo, 44(2): 218-269.
- Noelli, F.S. 2002. A Construção do mapa arqueológico Jê no sul do Brasil. In: L. S.; I. Pontes. (Org.). *Línguas Jê. Estudos vários*. Londrina: EDUEL, pp. 243-277.
- Noelli, F.S. 2004. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: Mota, L.T.; Noelli, F.S.; Tommasino, K. (orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, pp. 17-55.
- Noelli, F.S.; Oliveira, J. A.; Panek, C.; Mota, L.T. 2003. Primeiro balanço da pesquisa arqueológica em sítios Jê do sul no Estado do Paraná. *Revista do CEPA*, 27(37): 51-92.
- Oppitz, F. 1886. Oficiando dois crânios ao Museu Paranaense em 07/04/1886. Curitiba: *Gazeta Paranaense*, n.82, de 13/04/1886, p. 3, e n.85 de 16/04/1886, p. 3.
- Paula, J.M. 1924. Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina, organizada pelo serviço de protecção aos selvícolas sob a inspecção do Dr. José Maria de Paula. *Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas*, 1: 117-137. Rio de Janeiro.
- Peixoto, G. 1838. *Discurso que o presidente da província de São Paulo dirige á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinária em 7 de janeiro de 1838*. S. Paulo, na Typ. do Governo.
- Ribeiro, J.C.G. 1908. Os indígenas primitivos de São Paulo (Guayanazes, Tupuias ou Tupis ?). *Rev. Inst. Hist. Geogr. Etnogr. São Paulo*, 13: 181-195.
- Rodrigues, A.D. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- Sampaio, T. 1897. Qual a verdadeira graphia do nome Guayaná ? Goyaná ou Guayanã. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Etnogr. São Paulo*, 2: 27-34.
- Sampaio, T. 1903. Os Guayanas da capitania de São Vicente. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Etnogr. São Paulo*, 8: 159-169.
- Sampaio, T. 1914. A propósito dos Guayanazes da capitania de S. Vicente. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Etnogr. São Paulo*, 13: 497-202.
- Sampaio, T. 1987. *O Tupi na geografia nacional*. São Paulo: Editora Nacional.
- Schaden, E. 1954. Os primitivos habitantes do território paulista. *Revista de História*. São Paulo, 18: 385-406.
- Scherer, P.A.L. 1983 [1858]. Ofício dirigido ao brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures - diretor geral dos índios da província do Paraná. Villa de Guarapuava, 4 de outubro de 1858. *Boletim do Arquivo do Paraná*, 8(13): 11-12.

- Soares, J. 2008. Aspectos comuns da organização social Kaingang, Xavante e Bororo. *Espaço Ameríndio*, 2(1): 44-67.
- Taunay, A.E. 1946. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo, Cia. Melhoramentos.
- Taunay, A.E. 1955. Volta ao sertão. A Jornada da Apucarana. Os três reis gentílicos. In: *A grande vida de Fernão Dias Pais*. São Paulo, Jose Olympio.
- Tommasino, K.; Fernandes, R.C. 2003. Os Kaingang. Povos indígenas no Brasil. *Enciclopédia ISA*. www.isa.org.br.
- Urban, G. 1998. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: Cunha, M. C. da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, p. 90.
- Val Floriana, M.B. 1920. Dicionários Kainjkang-Portugues e Portugues-Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, 12.
- Valentine, C.A. 1961. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. *Ethnohistory*, 8(3): 271-280
- Vansina, J. 1962. Ethnohistory in Africa. *Ethnohistory*, 9(2): 126-136.
- Voegelin, E.W. 1954. An Ethnohistorian's Viewpoint. *Ethnohistory*, 1(2): 166-171.
- Washburn. W.E. 1961. Ethnohistory: History "In the Round". *Ethnohistory*, 8(1): 31-48
- Wolf, E.R. 2003. *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora.